

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA *LATO-SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Amália Rosângela da Silveira Arruda

**PRÁTICA RESTAURATIVA:
A VALORIZAÇÃO DO DIÁLOGO NA GESTÃO ESCOLAR**

Santa Maria, RS
2016

Amália Rosângela da Silveira Arruda

**PRÁTICA RESTAURATIVA: A VALORIZAÇÃO DO DIÁLOGO NA GESTÃO
ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**

Orientador: Prof^a. Daniele Rorato Sagrillo

Santa Maria, RS
2016

Amália Rosângela da Silveira Arruda

**PRÁTICA RESTAURATIVA: A VALORIZAÇÃO DO DIÁLOGO NA GESTÃO
ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**

Aprovada em 8 de agosto de 2016:

Daniele Sagrillo, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Claire Delfini Viana Cardoso, Dr^a. (UFSM)

Glades Tereza Felix, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

RESUMO

PRÁTICA RESTAURATIVA: A VALORIZAÇÃO DO DIÁLOGO NA GESTÃO ESCOLAR

AUTORA: Amália Rosângela da Silveira Arruda
ORIENTADORA: Daniele Rorato Sagrillo

Objetivou-se através deste estudo analisar práticas restaurativas aplicadas em uma escola do município de Cerro Branco/RS e suas contribuições para a gestão escolar. Tais práticas envolvem técnicas de escuta ativa, mediação de conflitos e empoderamento, sendo estes os fatores que incentivam e potencializam o convívio pacificado entre as pessoas. Para tanto, optou-se metodologicamente por realizar uma pesquisa-ação de cunho qualitativo (CHIZZOTTI, 2006; GIL, 2002). Como instrumento de coleta de dados, utilizaram-se questionários, bem como encontros para realização e desenvolvimento da Prática Restaurativa. Os dados oriundos desta pesquisa foram analisados à luz de referenciais teóricos, sendo os principais: Costa (2007), Oliveira (2010), Dalberio (2007), Nunes (2011), Cury (2007), Paro (2016), Gadotti (2002). A partir deste estudo, constatou-se que as práticas restaurativas impulsionam à melhoria das relações interpessoais, a horizontalidade de ouvir e escutar seus colegas, o fomento ao diálogo, a resolução de conflitos, entre outros aspectos. Desta forma, conclui-se que a implementação das práticas restaurativas no ambiente escolar contribui diretamente para uma gestão focada pelos valores democráticos e na busca pelo crescimento de toda comunidade escolar.

Palavras-chave: Práticas Restaurativas. Gestão escolar. Diálogo.

ABSTRACT

RESTORATIVE PRACTICE: THE APPRECIATION OF DIALOGUE IN SCHOOL MANAGEMENT

Author: Amália Rosângela da Silveira Arruda

Advisor: Daniele Rorato Sangrillo

The purpose of this study was to analyze restorative practices applied in a school of the city of Cerro Branco/RS and its contributions to school management. Such practices concern techniques of active listening, mediation of conflicts, and empowering, being these the facts that stimulate and enhance the peaceful socializing among people. In order to do so, the methodology chose was action-research of the qualitative paradigm (CHIZZOTTI, 2006; GIL, 2002). As instrument of data collection, the researcher used questionnaires, as well as meetings to perform and develop the Restorative Practice. Data collected were analyzed under the light of the theoretical frameworks, whose mainly are: Costa (2007), Oliveira (2010), Dalberio (2007), Nunes (2011), Cury (2007), Paro (2016), Gadotti (2002). From this study, it was noticed that the restorative practices propelled the improvement of the interpersonal relationships, the horizontal nature of hearing and listening to peers, the promotion of dialogue, the resolution of conflicts, among other aspects. Thus, it is concluded that the implementation of restorative practices in the school environment directly contributes to a management focused on democratic values and on the search for the development of all school community.

Keywords: Restorative Practices. School management. Dialogue.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR.....	9
3 PRÁTICAS RESTAURATIVAS	14
4 A APLICAÇÃO DA PRÁTICA RESTAURATIVA EM AMBIENTE ESCOLAR.....	18
4.1 O CONTEXTO DE CERRO BRANCO/RS: SITUANDO O <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA.....	18
5 O PERCURSO METODOLÓGICO	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Para o gestor, preocupar-se com a demanda de desafios que se apresentam no dia a dia, requer uma gama ampla e complexa de conhecimentos, que perpassam as esferas pedagógicas, administrativas e financeiras. Paralelo a isso, é preciso criar estratégias junto ao seu grupo para desenvolver uma gestão democrática pautada no diálogo entre seus interlocutores e na participação ativa da comunidade escolar, perspectivando o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, bem como as garantias de aprendizado e qualidade educacional.

O termo gestão é proveniente do latim, significa gestar, carregar, levar sobre si, executar. O termo democracia obtém em sua base duas palavras de origem grega: demos e kratos. Demos significa povo, distrito e kratos significa domínio, poder. Ou seja, poder ou governo do povo. Desta forma, a transparência dos projetos e ações, a liderança, a autonomia e o trabalho coletivo possibilitam a capacitação para a democratização da gestão.

De acordo com Cury (2007, p. 493), a gestão democrática “[...] é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes [...] da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal”. Neste sentido, segundo o mesmo autor (2007, p. 493-494),

Pode-se vislumbrar aqui uma postura metodológica que implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas na arte de governar. Nesta perspectiva, a gestão democrática implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

Nessa perspectiva, considera-se a forma dialogal de fundamental importância para a viabilização e construção democrática da gestão escolar, assim como do projeto político pedagógico escolar. Porém, no cotidiano escolar, constantemente, a convivência de pessoas com diferentes culturas, crenças ou opções políticas originam conflitos que prejudicam as relações pessoais e o trabalho desenvolvido.

Tais conflitos exigem a adoção de práticas que oportunizem o diálogo, no sentido de minimizar ou até mesmo erradicar prejuízos que possam ser causados ao ambiente escolar. Um modelo alternativo apresenta-se na tentativa de incentivar

mudanças nessa realidade de convivência interpessoal, que é a Justiça Restaurativa.

A Justiça Restaurativa é compreendida como

[...] uma abordagem inclusiva e colaborativa baseada nos valores de inclusão, pertença, solidariedade e escuta ativa que prevê a participação de alunos, professores, comunidade, família e rede de apoio nas situações de conflitos e violências visando à restauração das relações sociais (GROSSI et al., 2009, p.498).

Kay Pranis (2010, p.81) afirma que uma das mais importantes contribuições dessa prática “é o fortalecimento da teia de relacionamentos de um grupo de pessoas, que tecem fortes laços de conexão recíproca”, aumentando assim, a “capacidade de cuidar de todos os seus membros e encontrar soluções quando surgem os desafios, pois as decisões são formadas por consenso”.

Com o propósito de compreender melhor essa ação no contexto escolar, objetivou-se, através deste estudo, analisar se as práticas restaurativas aplicadas em uma escola do município de Cerro Branco/RS contribuem para a construção e/ou fortalecimento da gestão democrática. Verificou-se, também, os impactos das práticas restaurativas no ambiente escolar; as consequências atitudinais dos interlocutores e possibilidade de desenvolvimento da comunicação não violenta.

Para Rosenberg (2006, p.284), “[...] a comunicação não violenta é um processo poderoso para inspirar conexões e ações compassivas”. Ele prossegue definindo ainda que “[...] ela oferece uma estrutura básica e um conjunto de habilidades para abordar os problemas humanos, desde os relacionamentos mais íntimos até conflitos políticos globais” (ROSENBERG, 2006, p. 284). Segundo ele (2006, p. 284), “[...] a comunicação não violenta pode nos ajudar a evitar conflitos, bem como a resolvê-los pacificamente, ajudando a nos concentrar nos sentimentos e necessidades que temos”. Rosenberg foi criador da comunicação não violenta, no ano de 1963.

Na tentativa de atingir os objetivos propostos, o presente estudo será apresentado em três capítulos, sendo que o primeiro aborda a Gestão Democrática Escolar, fundamentado nos seguintes autores: Costa (2007), Oliveira (2010), Dalberio (2007), Nunes (2011), Cury (2007), Paro (2016), Gadotti (2003). O segundo capítulo aborda as Práticas Restaurativas no ambiente escolar, sua trajetória e abordagens,

com base em autores como Brancher, Todeschini, Machado (2008), Pranis (2010), Vasconcelos (2008) e Nunes (2011). O terceiro capítulo destina-se a metodologia da pesquisa, a apresentação do contexto escolar estudado. O quarto capítulo expõe como os dados e elementos foram obtidos através da aplicação da Prática Restaurativa com os sujeitos investigados. Por fim, nas considerações finais, pretende-se apresentar uma síntese que responda aos objetivos da presente pesquisa.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

As Políticas Públicas de Educação e o movimento contemporâneo de inclusão escolar no Brasil pressupõem que a educação é um direito de todos os indivíduos, contribuindo para possibilidades democráticas e de sociedades mais justas e humanas (COSTA, 2007) Partindo do ponto de vista do mesmo autor, faz-se necessário a adoção de um projeto nacional de desenvolvimento nacional voltados escolas e também para o atendimento à demanda de seus profissionais, tanto por formação inicial como também continuada, desse modo contribuindo para o atendimento da diversidade humana e de aprendizagem dos alunos, considerando suas características individuais, ritmos singulares de aprendizagem e de desenvolvimento social, cognitivo, sensorial e físico. Para isso, as escolas devem contemplar, em seus projetos pedagógicos, o atendimento a toda essa diversidade, dando total atenção para, “[...] a superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e de aprendizagem, presentes no cotidiano escolar e da dicotomia ainda existente entre escolas comuns e especiais” (COSTA, 2007, p.1).

Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política. A melhor forma de compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra, separadamente, significa. Política é uma palavra de origem grega, politikó, que exprime “[...] a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis” (OLIVEIRA, 2010).

Já a palavra pública é de origem latina e significa povo, do povo. Assim, política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, de tempo e de lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado (OLIVEIRA, 2010, p.1).

Dalberio (2007, p.4) ressalta que, “[...] a democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço”. É preciso fazer com que a gestão democrática se realize concretamente na prática do cotidiano escolar, pois, “[...] só participa efetivamente quem efetivamente

exerce a democracia” (DALBERIO, 2007, p. 4). Nesse contexto, a democracia não se constrói apenas com discurso, mas necessita de ações de práticas que possam corporificá-la. E isso costuma levar tempo para aprender. Mas, sem dúvida, só se aprende a fazer, fazendo, experimentando, errando e acertando.

Portanto, é preciso criar espaços para a participação de todos na escola, para se aprender a exercitar a democracia. Para garantir a democracia exige-se a participação popular, a presença e intervenção ativa de todos. Não vale estar presente e somente ouvir e/ou consentir, é preciso aprender a questionar e a interferir, exercendo verdadeiramente a cidadania. A comunidade escolar – pais, mães, alunos, professores, gestores e pessoal administrativo –, devem ser capazes de superar a tutela do poder estatal e de aprender a reivindicar, planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício da comunidade escolar.

Em referência a participação, Bordenave (1994, p.16) esclarece que: “[...] participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo”. Para ele, “[...] sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o prazer de criar e recriar coisas, e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” (BORDENAVE, 1994, p. 16). O mesmo autor destaca que a palavra participação por sua origem natural “vem da palavra parte”, portanto, “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 1994, p.22).

E no processo de discussão coletiva, acontece o repensar sobre a prática, os participantes descobrem-se como sujeitos de uma prática intencionada, com a oportunidade de combinar o seu fazer pedagógico com a reflexão. E pensar sobre a prática implica buscar alternativas para mudanças, tomar decisões para a inovação da prática educacional. Nesse sentido, a ação pedagógica poderá se consolidar realmente numa práxis transformadora. Esse processo é importante, pois não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Os argumentos de Dalberio vêm ao encontro do que Nunes (2011, p.66-67) defende ao entender que “[...] a escola é o local do processo de construção coletiva e permanente da formação da pessoa”. Por isso, é o lugar adequado para se trabalhar “[...] com os valores, com as atitudes e com a formação de hábitos que

permitam a conscientização contínua sobre a importância e o seu papel no contexto familiar, escolar e social”.

A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal.

Gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivados deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa: fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provêm os termos: genitora, genitor, germen (CURY, 2007, p.493).

A gestão democrática escolar foi definida como um princípio da educação pública na Constituição Federal de 1988, corroborada também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96), no Plano Nacional de Educação (Lei nº13005/14), e consequentemente no Plano Municipal de Educação Lei 1603/2015, entre outros, o que a torna um projeto de educação pública de qualidade social e democrática.

Nunes (2011, p. 63) destaca que:

A gestão de uma escola envolve um processo contínuo de tomadas de decisões de diversos agentes (professores, pais, alunos, funcionários e a comunidade em geral). Logo, a construção dessa gestão não deve ser um processo autoritário ou isolado, mas coletivo, com o envolvimento de todos os agentes nas discussões e nas decisões.[...] Por isso, é preciso fortalecer e exercitar as relações de parceria, o que nem sempre é fácil em uma cultura ainda pautada por relações de mando, por estruturas verticalizadas e hierarquias rígidas. A construção de processos democráticos na educação, especialmente entre a escola e a sociedade, é um aprendizado contínuo.

Em pleno século XXI, por mais que existam respaldos legais para a existência e o funcionamento da gestão democrática, ela ainda é um desafio a ser superado em grande parte dos Municípios do território nacional, ainda considerada utópica, como refere Paro (2016, p.13):

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola.

No Município de Cerro Branco, estas afirmativas também não são diferentes. Sequer há existência de leis municipais acerca da gestão democrática, bem como para eleições de Diretor de escola, cargo este ainda desempenhado por indicação do Executivo. Porém, existe o incentivo, por parte da Secretaria Municipal de Educação para a existência e atuação dos conselhos. Está em estudo a criação de Lei específica para eleição de Diretor de escola, contemplando dessa forma o Plano Nacional e Municipal de Educação.

A partir das reformas educacionais dos anos de 1990, os gestores escolares passam a trabalhar com diversos conselhos, que os auxiliam na tomada de decisões, na busca de alternativas ou soluções, atuando junto a Secretaria de Educação ou no âmbito das escolas: Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho do Fundeb, Conselho Escolar, Conselhos de Classe, Círculo ou Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis, entre outros. Dessa forma, descentralizam de si próprios, os objetivos educacionais. Porém, é preciso estímulo para que haja a articulação destes conselhos, priorizando a conexão, o diálogo entre os mesmos. Além dos conselhos, outra ferramenta impulsionadora e privilegiada da escola é o Projeto Político Pedagógico. É por meio deste que a escola expressa seus sonhos e as formas de realização, sem que haja influência de atores que não façam parte do elenco da escola.

Este mover de novos atores compondo o cenário educacional, auxiliando a equipe diretiva, nos leva a refletir sobre a formação do professor, de modo que possa ir além de sua disciplina e adotar uma visão global em seu entorno, pois há que se desprender de apenas “dar aulas”. Gadotti (2002, p.14) nos alerta que a educação do futuro deverá se aproximar mais dos “[...] aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais [...] todos eles necessários para se

alcançar uma educação democrática dos futuros cidadãos”. Isso implica em novos saberes, entre eles, saber planejar, saber organizar o currículo, saber pesquisar e estabelecer estratégias para formar grupos para resolver problemas, saber relacionar-se com a comunidade, fazendo uso dos métodos das práticas restaurativas como alternativa para aprimorar tais saberes.

3 PRÁTICAS RESTAURATIVAS

Por Justiça Restaurativa, entende-se como sendo um “[...] processo comunitário, não somente jurídico, que se refere a procedimentos específicos, no qual a palavra ‘justiça’ remete a um valor e não a uma instituição” (BRANCHER; TODESCHINI, MACHADO, 2008, p.5). Esses autores afirmam que a Justiça Restaurativa é um encontro entre duas ou mais pessoas diretamente envolvidas em uma situação de violência ou conflito. Este encontro, orientado por um coordenador, segue um roteiro pré-determinado, proporcionando um espaço seguro e protegido onde as pessoas podem abordar o problema e construir soluções para o futuro.

Se quiséssemos comparar Justiça Tradicional e Justiça Restaurativa, poderíamos nos firmar nas colocações de Caravellas (2009). Segundo ela (2009, p. 121), “[...] na justiça penal tradicional, ou retributiva, o crime é visto como violação da norma que tutela bens jurídicos relevantes, buscando-se através da coerção (punição) a retribuição à conduta ofensiva e a prevenção da sua repetição”. A seguir, a autora (2009, p. 121) afirma que “[...] na Justiça Restaurativa o crime é, sobretudo a ofensa de uma pessoa a outra”. Realizada esta diferenciação, a partir desse ponto, “[...] afasta-se a ideia da punição para substituí-la pela reparação do dano mediante a responsabilização ativa do ofensor e construção conjunta de um rol de medidas consideradas suficientes pelos envolvidos” (CARAVELLAS, 2009, p. 121). Afirma ainda que “[...] num segundo momento, a reparação do dano produz paz social porque a sensação de segurança e de certeza quanto à existência de resposta eficaz ao crime” (CARAVELLAS, 2009, p. 121).

Percebe-se então que a Justiça Restaurativa foca-se mais na vítima do que no opressor. Parece ser, por isso, a inserção de Práticas Restaurativas no âmbito das escolas, uma excelente estratégia para mediação dos conflitos lá existentes.

Conforme Vasconcelos (2008, p.20), “[...] o conflito não é algo que deva ser encarado negativamente. É possível uma relação interpessoal plenamente consensual”. Para o mesmo autor (2008, p. 20), “[...] cada pessoa é dotada de uma originalidade única, com experiências e circunstâncias existenciais personalíssimas. Por mais afinidade e afeto que exista, em determinada relação interpessoal, algum dissenso, algum conflito pode estar presente”.

De acordo com Nunes (2011, p.17):

[...] a boa administração de um conflito mais sério através das práticas restaurativas é um fator positivo, que poderá esclarecer os fatos pendentes, dirimir dificuldades, melhorar a convivência e permitir uma transformação interior que trará melhoria no relacionamento entre as partes e em outros relacionamentos futuros. Os conflitos, segundo ele, acabam possibilitando caminhos alternativos à violência, pois permitem meios de resolução que podem levar a um convívio mais saudável, facilitador de uma melhor aprendizagem, e uma melhor estruturação das relações sociais [...]. Quando começamos a trabalhar os conflitos através das práticas restaurativas, passamos a vê-los como fatos inerentes à vida social, dos quais podemos extrair muitos aspectos positivos, tais como a melhoria nas relações sociais e institucionais, o aprendizado de que na vida social é importante expressarmos as diversidades e divergências, a melhoria nos relacionamentos e no respeito pelas diferenças, um maior estímulo à autocompreensão, o aperfeiçoamento da capacidade de tomar decisões, o estímulo ao pensamento crítico e criativo, o incentivo ao enfrentamento de problemas e situações, entre outros.

Nesse sentido, as Práticas Restaurativas têm se revelado importantes para que se crie uma cultura de diálogo, respeito mútuo e paz. Obviamente, isso não garante a fórmula mágica que resolverá todos os problemas, porém são ferramentas de grande utilidade para que ocorram melhorias nos relacionamentos, de forma colaborativa e cooperativa, resgatando o diálogo.

De acordo com o projeto intitulado Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2005),

[...] as Práticas Restaurativas surgiram em Nova Zelândia, inspiradas nos mecanismos de soluções de litígios dos aborígenes maoris, e se manifestaram fortemente nos anos 70, com as primeiras experiências contemporâneas, com mediação entre infrator e vítima.

Posteriormente, “[...] as ideias sobre a Justiça Restaurativa datam de mais de três décadas” (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2005). Percebe-se que essa forma de justiça “[...] é essencial à aprendizagem da democracia, ao fortalecer indivíduos e comunidades para que assumam o papel de pacificar seus próprios conflitos” (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2005). Os valores desenvolvidos na abordagem restaurativa são: participação, respeito, honestidade, humildade, interconexão, responsabilidade, empoderamento e esperança. Tais valores são traduzidos na “prática do Círculo”, pois ao realizar o círculo, há que se ter conhecimento de qual valor precisa ser abordado ou tratado, por meio de um planejamento prévio.

Nossos ancestrais se reuniam num círculo em torno do fogo. As famílias se reuniam em volta da mesa da cozinha durante séculos. Hoje, as pessoas precisam reaprender a se reunir em círculo para resolver problemas, apoiar uns aos outros, e estabelecer vínculos mútuos. Uma nova forma de congregar as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relacionamentos e resolver problemas está florescendo nas comunidades do Ocidente. Mas essa nova metodologia é muito antiga. Ela se inspira, por exemplo, na antiga tradição dos índios norte-americanos de usar um objeto chamado bastão da fala, que passa de pessoa para pessoa dentro do grupo, e que confere a seu detentor o direito de falar enquanto os outros ouvem.

Essa antiga tradição se mescla aos conceitos contemporâneos de democracia e inclusão, próprios de uma complexa sociedade funcional (PRANIS, 2010, p.15).

Balaguer (2014, p.271) mapeia, por meio de suas explicações, a forma em que as intervenções restaurativas foram introduzidas especificamente no contexto escolar, em meados dos anos setenta, “[...] considerando a crescente onda de violência nos EUA, religiosos e ativistas procuravam ensinar à crianças e jovens técnicas de mediação de conflito”. Afirma ainda que:

[...] foi ao longo da década de 90 que essas experiências ganharam muito maior fôlego com os Programas de São Francisco e Havaí de Resolução de Conflito na Escola ou mesmo em Queensland, na Austrália, nas escolas de ensino médio no enfrentamento de situações de agressões graves e bullying (BALAGUER, 2014, p. 271).

Destaca que “desde essa época, o uso de práticas restaurativas tem se expandido em escolas de várias partes do mundo e para o tratamento de uma diversidade de questões”(BALAGUER, 2014, p. 271). E que questões seriam essas? “danos à propriedade, roubo, vandalismo, incidentes relacionados a drogas, ociosidade, danos à imagem pública da escola, comportamentos inadequados em sala de aula, ameaças de bomba, assaltos e bullying”(BALAGUER, 2014, p. 271). Destaca ainda a autora que “até mesmo o levantamento do Serviço Secreto americano sobre os tiroteios dos anos 90 nos EUA apontaram para a necessidade de ações de prevenção primária, secundária e terciária da violência, apoiadas no modelo de práticas restaurativas”(BALAGUER, 2014, p. 271).

Diante deste contexto, parece tornar-se possível a abordagem de qualquer assunto ou questão a ser tratada, por meio de práticas restaurativas, que se resumem basicamente na mediação dos conflitos em dinâmicas de círculos.

Segundo Pranis (2010, p.16), “[...] os Círculos estão sendo usados em variados contextos: nas escolas, por criarem um ambiente positivo, principalmente nas salas de aula e por resolverem problemas de comportamento”. A autora (2010, p. 16) enfatiza ainda, que os círculos também podem ser adotados “[...] no local de trabalho, pois ajudam a tratar de conflitos” e ainda, “[...] no âmbito da assistência social, desenvolvem sistemas de apoio mais orgânicos, capazes de ajudar pessoas que estão lutando para reconstruir suas vidas”. Pranis (2010, p.16) enfatiza que “[...] cada pessoa tem uma história, e cada história oferece uma lição. No círculo as pessoas se aproximam das vidas umas das outras através da partilha de histórias significativas para elas”.

Desta forma, entende-se que o conflito “[...] é inerente à condição humana e pode representar uma oportunidade para a construção do diálogo e da cooperação, [...] se forem criadas novas opções e possibilidades para que os indivíduos criem e solucionem problemas cotidianos” (NUNES, 2011, p. 16). A seguir o mesmo autor afirma que “[...] se o impasse permanecer e a situação conflitiva continuar, sinalizará a potencialidade de um perigo, retirando as energias individuais e potencializando o conflito” (NUNES, 2011, p.16). Nesse sentido, pode-se elucidar o quanto as práticas restaurativas podem ser benéficas no contingente escolar, como ferramenta para gerenciamento dos conflitos e prevenção de atos de violência.

4 A APLICAÇÃO DA PRÁTICA RESTAURATIVA EM AMBIENTE ESCOLAR

4.1 O CONTEXTO DE CERRO BRANCO/RS: SITUANDO O *LÓCUS* DA PESQUISA

De acordo com dados obtidos por meio do Mapa Social do Ministério Público, o Município de Cerro Branco localiza-se na Região Centro oriental do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2016). A população é de aproximadamente 4454 habitantes, sendo que 1274 vivem no espaço urbano e 3180 no espaço rural. A extensão territorial é de 158,8 km², distante 234 km da capital Porto Alegre.

O Ideb dos anos iniciais apresenta o índice 6 (4,9 era a meta do PNE – 2013) e índice 3,4 dos anos finais (4,4 seria a meta do PNE – 2013).

O Mapa Social também aponta os seguintes dados educacionais: 100 pessoas são formadas em curso superior; 517 possuem ensino médio completo e superior incompleto; 510 concluíram ensino fundamental e ensino médio completo e 2813 não têm instrução ou possuem ensino fundamental incompleto.

O Município de Cerro Branco possui: uma escola de Educação Infantil, duas escolas de Educação Básica de Pré-escola ao 9º ano e uma escola de Educação Básica de 1º ao 9º ano. Em 2015 foi paralisada a última escola multisseriada, por ter número muito pequeno de alunos e transporte escolar na comunidade. Possui ainda uma escola da rede estadual, atendendo Ensino Fundamental e médio.

Os professores, em sua grande maioria, vêm de municípios vizinhos para atuarem nas escolas da cidade. Poucos residem na localidade. A quase totalidade dos mesmos realizaram cursos de graduação e pós-graduação, nível de especialização. São admitidos mediante concurso público com a exigência de, no mínimo, graduação.

5 O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois do ponto de vista de Chizzotti (2006, p.28) “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. Consiste também, em uma pesquisa-ação, pois, de acordo com Gil (2002), representa

[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985, p.14 apud GIL, 2002, p. 55).

A Escola eleita para a pesquisa localiza-se no meio urbano, porém seus alunos são oriundos, na maioria, do meio rural. O número de matrículas é de aproximadamente noventa e cinco crianças. Conta com vinte profissionais, entre eles quatro professores, cinco educadores, cinco monitores, duas merendeiras, uma secretária, uma diretora e dois profissionais de serviços gerais. As famílias participam, de modo geral, quando são solicitadas, embora o projeto da escola intitule-se “Ter a Família na Escola”.

Em contraposição aos preceitos da gestão democrática, neste município, o diretor da escola ainda é indicado pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo poder executivo municipal. Os principais problemas evidenciados referem-se aos conflitos oriundos das mudanças ocasionadas pela entrada de um novo partido no executivo municipal, no ano de 2013, alterando com isto, também, vários cargos de confiança, bem como cargos diretivos que permaneceram durante vinte anos na gestão municipal.

Vários servidores da referida escola “perderam” benefícios financeiros, passaram a atuar em sua área de concurso público e não mais em cargos de chefia conforme ocupavam anteriormente. Toda essa readequação de funções associada à indicação da nova Diretora geraram descontentamentos e muitos desentendimentos no grupo. Além disso, a falta de harmonia estava afetando também o atendimento às crianças e resultando em pouca participação das famílias nos eventos escolares.

Com bastante frequência a coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação era solicitada na escola para reuniões com o grupo. Enquanto secretaria e em plena era de Gestão Democrática, não se pretendia apontar esta ou aquela solução. A maneira mais sensata a ser adotada eram os moldes da Justiça Restaurativa, por ser ela valorizadora da autonomia, do diálogo, da identificação das necessidades que possibilitariam a harmonia, a conexão e o equilíbrio do grupo.

É comum que o gestor, por ser cargo de confiança no município e por ocupar uma função numa determinada gestão do executivo municipal, compreenda, ainda que insuficientemente, os inúmeros desafios que permeiam o sistema educacional, dedicando pouco tempo ao reconhecimento das necessidades e sentimentos do grande grupo em que trabalha, para que toda essa engrenagem, que é a Educação, atinja seus objetivos.

Refletir sobre o cotidiano da Educação, ao se tratar dos relacionamentos, além de todo aparato de tarefas do cotidiano, requer ainda, o papel de pacificador, de líder. É imprescindível que se tenha um olhar diferenciado e que se saiba envolver a rede numa perspectiva dialógica, mesmo encontrando dificuldades e pressões sociais no entorno. Para conviver com tais dificuldades, em meio a tanta diversidade de opiniões e conceitos, juízos e rótulos, é preciso adotar formas de mediar a situação, priorizando o diálogo, exercitando o ouvir e desenvolvendo a empatia. Isso requer algumas mudanças na rotina de trabalho, para que as pessoas possam dialogar, ouvirem, serem ouvidas.

Desta forma, a pesquisa foi realizada como projeto-piloto nessa escola infantil, por ser esta a escola que mais solicitava a presença de reforço externo para resolver conflitos envolvendo direção, professores, atendentes de Educação Infantil, monitores e funcionários. Devido aos tipos de problemas encontrados nesta escola, optou-se por realizar as práticas restaurativas somente com os profissionais supracitados.

Os encontros foram realizados no espaço da própria Escola, tendo sido concretizados, na maioria das vezes, após o término do expediente. Envolveram-se em torno de vinte pessoas em formato de Círculos Restaurativos, onde as mesmas foram convidadas a participar, coordenadas pela pesquisadora, sem que fossem apontados culpados ou vítimas, mas com objetivo de cumprir a finalidade de

conectar o grupo, estreitando laços, criando vínculos. Os encontros foram em número de cinco, realizados mensalmente, perdurando em média de uma a duas horas, para análise de estudos de caso, técnicas de grupo, exercício de fala e escuta. Os recursos materiais utilizados foram, basicamente de audiovisual, apenas retro-projetor, papel e caneta.

Ressalta-se que a pesquisa realizada tomou como ponto principal a abordagem da dinâmica de círculos. Para Pranis e Boyes-Watson(2011, p.35), o círculo é um “[...] processo estruturado para organizar a comunicação em grupo, a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente”. Afirma ainda o mesmo autor (2011, p. 35), que o processo cria um espaço aparte de nossos modos de estarmos juntos, pois “[...] o círculo incorpora e nutre uma filosofia de relacionamentos que pode nos guiar em todas as circunstâncias, tanto dentro como fora do círculo”. Por conseguinte, define o círculo como um espaço intencional formatado para:

- Apoiar os participantes a apresentarem seu “eu verdadeiro”- ajudá-los a se conduzirem com base nos valores que representam quem eles são;
- Fazer com que nossa interconectividade fique visível, mesmo em face de diferenças muito importantes;
- Reconhecer e acessar os dons de cada participante;
- Evocar a sabedoria individual e coletiva;
- Engajar os participantes em todos os aspectos da experiência humana: física, mental, espiritual ou emocional ou na construção de significados;
- Praticar comportamentos baseados nos valores quando possa parecer arriscado fazê-lo.

Porém, para realizar o círculo, torná-lo uma ferramenta de utilidade, necessários são alguns elementos a serem pontuados quanto a sua organização:

- Os participantes são convidados a sentarem-se em formato de círculo;
- O facilitador;
- Cerimônia de abertura;
- Peça de centro;
- Discussão de valores e orientações;
- Objeto da palavra;

- Perguntas norteadoras;
- Cerimônia de encerramento.

Por que sentarem em formato de círculo? Segundo Pranis (2011), este arranjo permite que todos possam se enxergar e que todos se comprometam uns com os outros frente a frente, enfatizando a igualdade e a conectividade.

A cerimônia de abertura consiste num momento dos participantes se conectarem no espaço e entre si, liberando distrações que não estejam relacionadas, e a estarem atentos aos valores do eu verdadeiro.

A peça de centro geralmente fica no chão, no centro do espaço aberto pelo círculo de cadeiras, como sendo o apoio ao falar de “coração” e ao escutar de “coração”, representando a visão compartilhada do grupo. Basicamente é um tecido ou esteira que serve de base. Pode ser escolhida pelo facilitador ou trazida pelos participantes.

A discussão dos valores e orientações lançam os alicerces do espaço do círculo. Articulam os acordos entre os participantes sobre como eles vão se conduzir no círculo de diálogo. São lembretes que dão apoio às expectativas comportamentais que os participantes do círculo compartilham. Não são impostas, mas adotadas por consenso no círculo.

O objeto da palavra consiste na utilização de um objeto para regular o diálogo dos participantes. É passado de pessoa para pessoa à volta do círculo. Somente a pessoa que segura o objeto da palavra pode falar, sem interrupção dos demais. O objeto da palavra permite aos ouvintes se focarem na escuta e não se distrair pensando em dar uma resposta ao que está sendo dito. Dá a cada participante uma igual oportunidade de falar.

Mesmo de posse do objeto da palavra, o participante não é obrigado a falar, pode simplesmente passar o objeto sem que se pronuncie. O objeto da palavra é importante para o facilitador, pois descentraliza de seus ombros o controle do processo entre os participantes. O significado ou a história do objeto da palavra precisa ser compartilhado com o grupo.

A pergunta norteadora tem como função estimular a conversa acerca do interesse principal do círculo, tendo cada participante a oportunidade de responder à pergunta em cada rodada. As perguntas são cuidadosamente elaboradas para

facilitar a discussão, encorajando os participantes a falar de suas próprias experiências, focando-se, assim, nos sentimentos ao invés de somente nos fatos.

As perguntas nunca devem convidar ao ataque a outro indivíduo ou ao grupo. Às vezes pode ser útil pedir aos participantes que usem “eu” ao invés de “você”.

A cerimônia de encerramento gera o sentido de esperança para o futuro e prepara os participantes para retornarem ao espaço comum de suas vidas. Pode ser desenvolvida pelo facilitador ou por um participante.

Sendo assim, adotou-se a dinâmica de círculo, conforme já mencionado, por ser uma ferramenta favorável também ao trato da comunicação não violenta.

Para Rosenberg (2006, p.50) “[...] o primeiro componente da comunicação não violenta acarreta necessariamente separar observação de avaliação. Precisamos observar claramente, sem acrescentar nenhuma avaliação”. Acrescenta ainda, que “[...] embora possamos não considerar ‘violenta’ a maneira de falarmos, nossas palavras, não raro, induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, seja para nós mesmos” (ROSENBERG, 2006, p.21).

A comunicação não violenta se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas.

Durante a realização dos círculos e estudos de caso, procurou-se focar nos assuntos de relevância e necessidades do grupo, conforme a demanda: empatia, conflito, visões diferenciadas. Após o desenvolvimento dos círculos, alguns questionários foram aplicados com o intuito de conhecer o nível de envolvimento de alguns participantes, bem como os resultados obtidos durante o processo.

Os questionários foram disponibilizados à diretora, a uma professora - que trabalha apenas um turno na escola - e a uma monitora que trabalha em tempo integral, procurando dessa forma, obter visões de representantes de âmbitos diferenciados. Salienta-se que não foram coletados resultados de outros sujeitos porque, ao explanar-se sobre a aplicação do questionário, decidiu-se coletivamente pela representação de um participante de cada grupo de atuação. Essa forma coletiva deu-se seguindo os moldes do círculo, que em nenhum momento traz a verticalidade na tomada das decisões

Foram feitos dois questionamentos aos entrevistados:

Questão 1 - Em que medida as práticas restaurativas influenciam os relacionamentos interpessoais?

Questão 2 - Como você avalia as práticas restaurativas no âmbito escolar? Explique sua resposta:

Obteve-se a participação das três convidadas e baseando-se nestes questionários devolvidos, os seguintes resultados serão demonstrados:

Em relação à questão de número 1, a professora considerou

[...] que a metodologia das Práticas Restaurativas dissemina o uso da comunicação não violenta, que é uma abordagem de linguagem que promove a empatia e a compaixão tenho certeza que isso influencia positivamente nos relacionamentos interpessoais no meio profissional e privado. Quando reconhecemos o outro como verdadeiro outro, com necessidades e emoções aprimoramos nossos relacionamentos e promovemos uma comunicação eficaz.

Este argumento parece conectar-se às ideias de Rosenberg (2006, p.134), compreendendo que “[...] ao nos relacionarmos com os outros, a empatia ocorre somente quando conseguimos nos livrar de todas as ideias preconceituosas e julgamentos a respeito deles”. A empatia requer que se “concentre plenamente a atenção na mensagem da outra pessoa”. Também sobre a Questão número 1, a Diretora afirma que

Pelas experiências vivenciadas é possível constatar que práticas restaurativas são capazes de promover “momentos mágicos” através dos quais os envolvidos espontaneamente vão se “desarmando”, deixando de lado rancores e revoltas para dar lugar aos mais sinceros sentimentos. O “poder” da palavra e “direito” à escuta pode transformar nossas atitudes, promovendo intensa reflexão pessoal e influenciando direta e positivamente nos nossos relacionamentos interpessoais.

Este aspecto pode ser analisado sob a perspectiva de Nunes (2011, p.82), pois “[...] um dos passos para uma comunicação positiva e restaurativa na escola e na sociedade é o uso da escuta ativa”. Segundo o autor (2011, p. 82), “[...] é por meio dela que as pessoas demonstram a reciprocidade na comunicação, ou seja, as pessoas passam a comprometer-se no processo de ouvir atentamente a outra parte e trocar informações”. Por isso, o primeiro passo:

[...] ao iniciar uma boa comunicação é mostrar à outra pessoa que se está interessado no diálogo, nas opiniões dela, e que está prestando atenção ao que ela fala. Deve-se escutar, sempre, com toda atenção o que está sendo falado e sentido pelo outro.

Ao considerar-se ainda a questão 1, a monitora expõe sua percepção sobre a prática:

A participação nesses momentos, me reportou ao fato de melhorar enquanto pessoa, ou seja, acredito que antes de querer visualizar a mudança nas outras pessoas, primeiramente eu preciso mudar, fazer a minha parte. Passei a me colocar mais no lugar das outras pessoas, sobretudo as pessoas de minha casa.

Na afirmativa dessa monitora é visível o fato de que foi feita uma autoanálise sua enquanto pessoa. Neste contexto podemos comparar com a visão de Rosenberg (2006, p.193-194),

A aplicação mais crucial da comunicação não-violenta pode ser em como tratamos a nós mesmos. Quando cometemos erros podemos nos utilizar das práticas restaurativas para visualizar onde podemos crescer, em vez de nos enredarmos em julgamentos moralizadores sobre nós mesmos. Ao avaliarmos nosso comportamento em termos de nossas necessidades não-atendidas, o ímpeto pela mudança surge não da vergonha, culpa, raiva ou depressão, mas de como nosso genuíno desejo de contribuir para o nosso bem-estar e o dos outros.

Ao indagar-se sobre a avaliação das práticas restaurativas no âmbito escolar, com a necessária explicação da resposta (questão 2), a professora argumenta:

Avalio de uma forma positiva quando utilizamos uma metodologia que avalia a todos de uma forma igualitária, onde todos tem o poder da fala e da escuta, os relacionamentos no âmbito escolar tendem a ser mais amorosos e respeitosos. As práticas restaurativas promovem uma forma de prevenir e tratar o conflito por meio do diálogo seguro e harmônico. Cabendo sempre lembrar que o diálogo é uma mão de duas vias, onde as pessoas falam e escutam e não apenas onde uma das partes comunica algo e o outro acata o que foi dito, isso não é diálogo. Nesse sentido ao promover o diálogo seguro e amoroso, as práticas restaurativas simulam atitudes pacíficas de prevenção e resolução dos conflitos no âmbito escolar.

Sobre este ponto, Rosenberg (2006, p.123) ilustra que:

[...] às vezes, porém, mesmo quando temos consciência de nosso objetivo e expressamos nosso pedido cuidadosamente, algumas pessoas ainda assim

podem ouvir nele uma exigência. Isso é especialmente verdadeiro quando ocupamos posições de autoridade, estamos falando com pessoas que tiveram experiências passadas com figuras coercitivas de autoridade.

Sobre esta mesma questão, a diretora opina que:

A utilização da Prática Restaurativa no âmbito escolar é de extrema importância. Esta “poderosa ferramenta” é capaz de transformar de forma muito positiva os relacionamentos interpessoais. Para o enfrentamento dos graves problemas afetivos e emocionais que a escola enfrenta no seu cotidiano, acredito por experiência própria ser este não somente o mais eficiente, mas também o mais humano caminho a ser seguido quando se busca relações mais saudáveis para nossas vidas. É um grande privilégio promover ou participar das práticas restaurativas nos ambientes escolares porque nestes momentos temos a oportunidade de conhecer a “essência” daqueles com quem convivemos.

Da mesma forma, a monitora ressalta:

Utilizar práticas restaurativas na escola é muito bom! Me surpreendi ao ouvir relatos de algumas colegas, as quais eu já convivo há muitos anos, como colega e amiga. Passei a entender melhor o porquê de alguns comportamentos, e problemas que surgiam por qualquer resposta mal elaborada entre pessoas do grupo. Realmente penso que práticas restaurativas deveria ser uma disciplina na escola, assim como Português ou Matemática.

Tanto na fala da diretora quando da monitora, observa-se o quanto precisamos exercitar nossa escuta, ter um olhar receptivo às necessidades do outro. Habitamo-nos a períodos reservados na escola para reuniões de caráter administrativo, quase que na totalidade, e pouco para pedagógicos. Nesses momentos, discute-se sobre datas comemorativas do período, receitas e despesas, quadro de pessoal, composição de conselhos, informativos e muito, mas muito, sobre a indisciplina dos alunos. Quase nada é abordado sobre as necessidades uns dos outros, do grupo. É preciso aproveitar estes espaços ou momentos para repensar formas de discutir tudo isso de maneira organizada e horizontal. Nunes (2011, p.54) enfatiza o que segue:

Os educadores, ainda que se sintam despreparados no começo, deverão aos poucos conviver e aplicar as práticas e as reuniões restaurativas, em razão das vantagens que elas possuem se confrontadas com os meios tradicionais. Assim vamos criando cada vez mais, vamos criando uma cultura para as Prática Restaurativas, pois só elas inequivocadamente em

muito contribuem para a melhoria do ambiente de convivência na comunidade escolar e para a vida de todos os atores escolares.

O mesmo autor ainda alerta para o fato de que temos uma cultura punitiva em nossa sociedade que está presente também no Sistema Educacional, ainda que muito se fale da importância de se substituir gradativamente a heterodisciplina pela autodisciplina. É compreensível que os organizadores da escola tenham dificuldades para construir as condições necessárias aos funcionamentos das reuniões restaurativas (espaços, horários, facilitadores, murais...), pois tudo dependerá da adoção de uma nova filosofia. Entretanto, é preciso que todos envolvidos na escola compreendam a eficácia das práticas restaurativas como um novo caminho de convivência democrática e de (re)construção de relacionamentos.

Com este trabalho, evidenciou-se também, que os envolvidos foram multiplicadores das Práticas Restaurativas em outras escolas, nas suas famílias, comunidades ou grupos sociais a que pertencem, conforme relata uma professora participante dos encontros: “A abordagem das práticas restaurativas em minha turma trouxe avanços muito significativos. A turma era bastante agitada e todos queriam falar ao mesmo tempo ou entravam em conflitos porque queriam os mesmos brinquedos”. Segue admitindo: “passei a adotar as práticas restaurativas usando como bastão da fala um ou outro brinquedo de que gostam muito. E isso funciona muito bem. Além disso, criamos regrinhas da turma”. A estas afirmativas, Nunes (2011, p.26) ressalta que:

A criação de regras comuns com a participação de todos, sob a coordenação do educador ou de outros responsáveis pela escola, é um bom caminho, pois democratiza a convivência e confere princípios e significados às regras, tornando-as mais justas e, portanto, mais passíveis de serem cumpridas.

E outra professora declara:

Adoro fazer uso de práticas restaurativas quando minha família está reunida. É uma família grande, com idades variadas e o ato de sentar em círculo e poder realizar as práticas, mostra um lado de alguns familiares que eu realmente não conhecia. Quem parecia duro, demonstra muita sensibilidade. A escuta é muito importante.

Sobre este ponto de vista, Nunes (2011, p.82) teoriza que “[...] a comunicação construtiva leva as pessoas a se comunicarem de maneira eficaz e com empatia”. Reitera ainda que a comunicação construtiva “[...] baseia-se num conjunto de linguagem e de comunicação que enfatiza a importância de expressarmos os sentimentos, as necessidades e as ordens com clareza aos outros” (NUNES, 2011, p. 82). Dessa forma, se está “[...] fortalecendo a capacidade de nos comunicarmos sem o uso de uma linguagem classificatória ou rotuladora” (NUNES, 2011, p. 82), o que contribui para o sentimento de pertencimento ao grupo e para o aumento da autonomia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Nunes (2011, p.18), “[...] as práticas restaurativas (a comunicação não violenta, o diálogo restaurativo, a mediação, os círculos restaurativos, entre outras) devem ser incentivadas desde cedo nas escolas”. Afirma ainda que “[...] é preciso introduzi-las como valores e como filosofia de trabalho e, a partir de então, resolver os conflitos pacificamente, sejam eles pequenos ou grandes” (NUNES, 2011, p. 18).

Para o mesmo autor (2011, p. 53), “[...] o contexto escolar é complexo, e a escola, em regra, não dispõe de meios adequados ou de respostas eficientes para gerenciar e resolver os conflitos que nela ocorrem”. Por isso, faz-se necessário que “além de atividades preventivas que estimulem a reflexão, os educadores desenvolvam meios e estratégias que lhes permitam trabalhar com o conflito de forma construtiva, cujos resultados produzam efeitos mais duradouros” (NUNES 2011, p.53).

Entretanto, “[...] para instrumentalizar o educador com conceitos e atividades facilitadoras na condução harmoniosa dos conflitos escolares, vem ganhando notoriedade a utilização das abordagens restaurativas (mediações e círculos restaurativos)” (NUNES, 2011, p. 53). Abordagens restaurativas “[...] são práticas pelas quais, através da comunicação não violenta, os atores escolares refletem e discutem sobre o que motivou o conflito e quais foram as consequências na vida deles” (NUNES 2011, p.53).

Evidentemente, adotar novas metodologias para discutir os problemas da escola, tais como das práticas restaurativas, pode ocasionar contrariedades, como Nunes (2011, p.55) nos esclarece: “[...] surgirá o argumento da falta de tempo na escola para trabalhar assuntos fora do currículo normal. Entretanto, aos poucos, o grupo poderá verificar que é bem possível conciliar as práticas restaurativas” como uma nova opção na organização escolar, ou até mesmo, como sugestão, podendo ser considerada como um tema transversal. Afirma ainda que “com o tempo, os envolvidos na realidade escolar notarão uma sensível melhoria nas relações. Por isso é preciso acreditar e ter paciência para verificar o potencial das mudanças, nesse processo que deve ser gradativo” (NUNES, 2011, p. 56).

Durante a construção deste trabalho, devido a algumas adversidades, não foi possível aprofundar outros assuntos que seriam ainda pertinentes, porém, mesmo que de modo informal, o objetivo é dar continuidade aos estudos sobre Práticas Restaurativas no contexto escolar, considerando que também há muito que aprender sobre tal.

Através deste estudo, torna-se possível obter um panorama sobre vários pontos que estavam ocasionando dificuldades relacionais e comportamentais no grupo em estudo. Por meio deste trabalho, foi possível radiografar e tratar muitos pontos prejudiciais que poderiam ser sanados de um modo que não necessitasse apontar diretamente os culpados. Como facilitadora das abordagens das Práticas Restaurativas no contexto escolar, percebe-se o quanto a valorização do diálogo no ambiente de trabalho pode ser enriquecedor. Em nenhum momento houve a transmissão da ideia de que o pesquisador estava lá para “corrigir”, punir, inspecionar, supervisionar ou resolver problemas.

Nas respostas dos questionários, nos relatos formais ou informais dos envolvidos durante a execução do projeto, foi possível perceber o quanto o olhar das Práticas Restaurativas pode ser benéfico. Afirma-se isso, retratando a fala da participante que mencionou a aplicação das práticas em sua sala de aula, outra, na família, e outra ainda, que se surpreende ao perceber quão sensível são as expressões de uma pessoa, da qual há anos é colega. Isso mostra que as práticas restaurativas naquele ambiente escolar foram realmente internalizadas. Não se trata apenas de algo momentâneo, em que, após a realização do círculo, cada um volta para casa ou segue seu trabalho como se nada houvesse acontecido.

Durante a execução dos círculos, a horizontalidade de cargos ou posições mostrou que cada um é importante, precisa ser ouvido e ter a posse da palavra. O respeito à diversidade foi percebido logo nos primeiros encontros. Aos poucos, as pessoas se despiram da irritação, das palavras ásperas, da agressividade na comunicação, do mau humor, dandolugar à tolerância, à paciência, à flexibilidade, à humildade e à confiança. Outra questão que demarca estes momentos foi a visualização de participantes que apresentavam dificuldades para trocar um simples abraço, abraçando. Considera-se este fato um grande avanço, por mais que seja um ato tão simples, representa um relevante progresso. Em se tratando da resolução de

conflitos, compreende-se as práticas restaurativas como potente auxiliar de uma gestão democrática.

Os círculos proporcionaram momentos importantes de reflexão. Desta forma, os interlocutores sugeriram a continuidade dos mesmos, assim como a permanência da pesquisadora no prosseguimento dos encontros para a realização da Prática Restaurativa, facilitando e harmonizando esses momentos. No entanto, é fundamental que cada um naquele contexto escolar, passe a ser, a partir desta instrumentalização, também um facilitador dessa prática, independente da presença ou não da pesquisadora.

Sendo assim, acredita-se que a implementação das práticas restaurativas no ambiente escolar contribui diretamente para uma gestão focada na democracia e na busca pelo crescimento de toda comunidade escolar.

Diante do evidenciado, constatou-se que as práticas restaurativas impulsionam à melhoria das relações interpessoais, a horizontalidade de ouvir e escutar seus colegas, sem que uns considerem-se melhores que os outros, em função de posição ou cargo que ocupem, o fomento ao diálogo e à resolução de conflitos, entre outros aspectos.

Desta forma, demonstra-se que o desenvolvimento dessa prática oportuniza um ambiente propício e de grande valia para a construção, consolidação de uma gestão alicerçada em valores democráticos, pois estes princípios desenvolvidos e requeridos pela Prática Restaurativa vão ao encontro do que os teóricos (CURY, 2007; PARO, 2016) pressupõem ser condições favoráveis para uma gestão democrática. Ao ampliar a qualidade das relações pessoais, a tendência é de favorecimento de um processo democrático no ambiente escolar, atingindo também as esferas pedagógica, administrativa e financeira.

REFERÊNCIAS

- BALAGUER, G. As práticas restaurativas e suas possibilidades na escola: primeiras aproximações. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 266-275, ago. 2014
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRANCHER, L.;TODESCHINI, T. B.;MACHADO, C. (Orgs). **Manual de práticas restaurativas: justiça para o século XXI**. Porto Alegre: Ajuris, 2008
- CARAVELLAS, EMCTM. Justiça restaurativa. In: LIVIANU, R. (Coord.).**Justiça, cidadania e democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 120-131. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 13 maio 2016.
- CHIZZOTTI, A.**Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CIDADES SUSTENTÁVEIS. Justiça restaurativa para resolução de conflitos. 2013. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/justica-restaurativa-para-resolucao-de-conflitos>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- COSTA, V. A. Políticas públicas em educação no Brasil:experiências de formação continuada de professores para a inclusão.In: CONGRESSO INTERNACIONAL: INTEGRAÇÃO EDUCATIVA E INCLUSÃO SOCIAL.Puebla. **Anais...** Puebla: Universidade Popular Autônoma de Puebla, 6 a 8 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaleph/N10/valdelu.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, mar. 2011.
- DALBERIO, M. C. B. Gestão Democrática e participação na Escola Pública popular.**Revista Iberoamericana de Educación**,n. 47/3, 25 de outubro de 2008.
- GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Cortez, 2002.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GROSSI, P. K. et al.Implementando práticas restaurativas nas escolas brasileiras como estratégia para a construção de uma cultura de paz. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 497-510, set./dez. 2009.
- NUNES, A. O. **Como restaurar a paz nas escolas: guia para educadores**. São Paulo; Contexto, 2011.
- OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2012. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp->

content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PRANIS, K.; BOYES-WATSON, C. **No coração da esperança**: guia de práticas circulares. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

PRANIS, K. **Processos circulares**. São Paulo: Palas Atenas, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Mapa Social. 2016. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/mapa_social/arquivos/relatorios/sociais/SOC_15_259.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2016.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

VASCONCELOS, C. E. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.